
II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



RESISTÊNCIA NEGRA SOB A LUZ DA TEORIA DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE PAULO FREIRE

Neide Cristina da Silva

Uninove/Faculdade Drummond

neidesilva87@hotmail.com

Resumo

Por quatro séculos, os(as) africanos(as) e seus descendentes foram escravizados e desumanizados no Brasil, dado que os colonizadores lhes negaram o reconhecimento de suas racionalidades e lhes impuseram a cultura do silêncio. No entanto, as culturas oprimidas persistiram e resistiram, ainda que perseguidas, humilhadas, desumanizadas. Desenvolveram o “dialeto” da senzala, refugiaram-se nos quilombos, preservaram suas religiões, mantiveram suas tradições em seus corpos e desenvolveram sua própria consciência, sua razão revolucionária. No manuscrito da *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2013) apresenta a “Teoria da Ação Revolucionária”, conceito em parte omitido das edições anteriores do referido livro. Nele, o autor afirma que a revolução não se dará com verbalismo e sim com reflexão e ação incidindo sobre as estruturas a serem transformadas. Portanto, a transformação de uma realidade opressora exige uma teoria da ação revolucionária, em que os oprimidos são protagonistas e não meros expectadores de uma liderança revolucionária, que persiste na divisão entre a práxis da liderança e a das massas oprimidas. A transformação da realidade opressora prima pelo diálogo e pela revolução. E para construir uma ação transformadora são necessários dois elementos: primeiro, um projeto de sociedade diferente do instalado; segundo, um ator revolucionário, que se constrói com as convicções e compromissos críticos que resultam do processo de conscientização. A partir desta problemática, a presente pesquisa tem por objeto a resistência do povo negro brasileiro sob a luz da teoria da ação revolucionária desenvolvida por Paulo Freire. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico que teve como fundamentos teóricos Paulo Freire e Anibal Quijano. Pode-se constatar que a revolução pode ou não ser por meio da luta armada, mas sempre será violenta, pois mesmo que não adote a luta armada, necessitará adotar a aquisição de novos pensamentos.

Palavras-chave: Ação revolucionária. História. Racialidade. Povo negro.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



1. Introdução

A opressão é uma antiga companheira da humanidade. Seduz aqueles que se encontram em situações de destaque nas diferentes organizações sociais, desumanizando-os, uma vez que impedem o outro de ser mais. Esse processo de desumanização, muitas vezes, é legalizado, como nos casos da escravização dos povos ameríndios e africanos, do nazismo, do fascismo, do colonialismo, dentre outros.

Sendo uma constante nas relações humanas, a opressão desencadeia o processo de luta, em que classes sociais antagônicas, por meio de uma práxis libertadora, superam a opressão e restauram a humanidade do oprimido e do opressor. Desse modo, opressores e oprimidos são, fundamentalmente, classes sociais antagônicas e em luta, embora também seja possível ocorrer relações de opressão entre os próprios oprimidos.

Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), realizou uma análise das relações do homem¹ em uma sociedade de opressão. Homem e mulher que, por saberem pouco de si, estão sempre procurando, indagando e, a partir das respostas obtidas, realizam novas perguntas. Ao perguntar e aprender, os seres humanos se humanizam e esta humanização não é possível em uma relação de opressão, em que tanto o oprimido quanto o opressor, encontram-se impedidos de serem plenamente humanos. Por isso, em um contexto em que lhes é imposta uma sociedade manipuladora, que quer lhes adestrar, que os oprime e os desumaniza, devem restaurar sua própria humanidade, libertando a si e a seus opressores.

2. Pedagogia do Oprimido, (o manuscrito)

Em 2013, aconteceu na Universidade Nove de Julho (UNINOVE) o IV Seminário Internacional de Educação, que teve como tema “Paulo Freire e a Educação Superior”. Na ocasião, o ex-ministro da agricultura do Chile, Jacques Choncol, realizou a doação do

¹ Posteriormente, na *Pedagogia da esperança*, Freire admitiu que foi omissivo, referindo-se à pessoa humana sempre no masculino. Corrigiu-se nas obras posteriores, superando a “astúcia masculina” de confundir a humanidade com apenas uma de suas partes.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



manuscrito da *Pedagogia do Oprimido* ao Brasil. O manuscrito da *Pedagogia do Oprimido* foi entregue a Choncol no Chile, quando Freire estava exilado em virtude do golpe militar no Brasil, que ocorreu em 1964.

Choncol contou um pouco do caminho percorrido pelo manuscrito até chegar ao Brasil: quando ocorreu o golpe militar no Chile em 1973, o manuscrito estava em sua casa. Na ocasião, os militares invadiram sua residência, mas não deram atenção às folhas manuscritas. Posteriormente, a mãe de Choncol enviou os documentos para o filho que estava na França. Ao voltar ao Chile, o ex-ministro levou o precioso presente de Freire e, em 2013, com grande prazer, devolveu-o ao Brasil.

No manuscrito da *Pedagogia do Oprimido* (2013), Freire apresenta a “Teoria da Ação Revolucionária”, conceito em parte omitido das edições anteriores do referido livro. Nele, o autor afirma: “[...] não há revolução com verbalismos, nem tampouco com ativismo, mas com práxis, portanto, com reflexão e ação incidindo sobre as estruturas a serem transformadas” (FREIRE, 2013, p. 144). Portanto, a transformação de uma realidade opressora exige uma teoria da ação revolucionária, em que os oprimidos são protagonistas e não meros expectadores de uma liderança revolucionária, que persiste na divisão entre a práxis da liderança e a das massas oprimidas. A transformação da realidade opressora prima pelo diálogo e pela revolução, que devem ser concomitantes, como afirma Freire (2013, p.157) :

O diálogo é a “essência” da ação revolucionária. Daí que, na teoria desta ação, seus *atores*, *intersubjetivamente*, incidam sua ação sobre o *objeto*, que é a realidade que os mediatiza, tendo, como *objetivo*, através da transformação desta, a humanização dos homens. Isto não ocorre na teoria da ação opressora, cuja “essência” é antidialógica. Nesta, o esquema se simplifica. Os *atores* têm, como *objetos* de sua ação, a *realidade* e os *oprimidos*, simultaneamente e, como *objetivo*, a manutenção da opressão, através da manutenção da realidade opressora.

E para construir uma ação transformadora são necessários dois elementos: primeiro, um projeto de sociedade diferente do instalado; segundo, um ator revolucionário, que se constrói com as convicções e compromissos críticos que resultam do processo de

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



conscientização. O esquema elaborado por Freire e que só aparece na edição do manuscrito da *Pedagogia do Oprimido* pode ser verificado na figura 1.

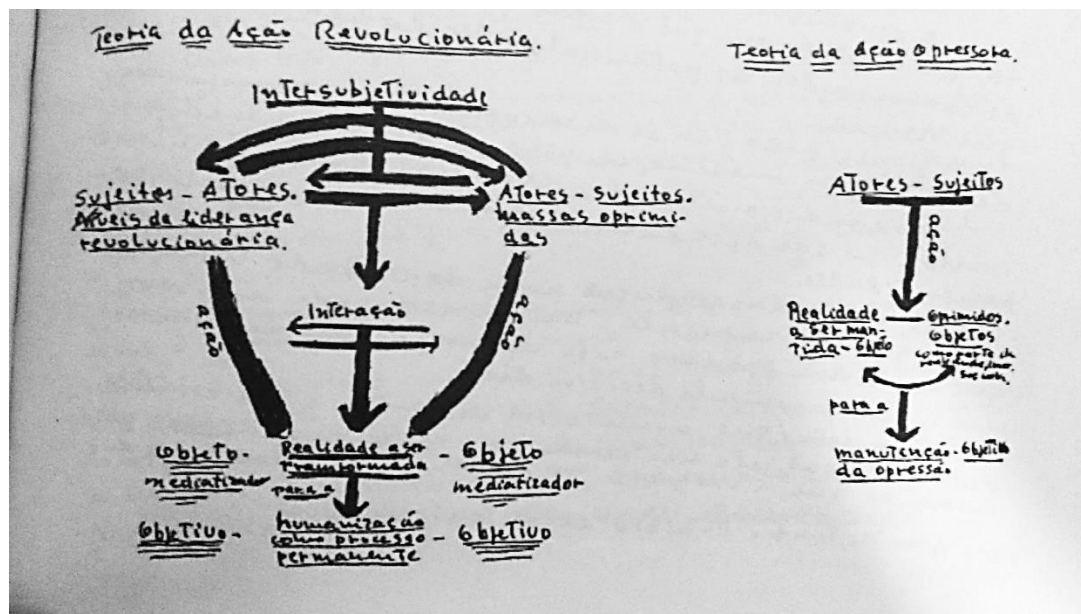


Figura 1 – Esquema da Teoria da Ação Revolucionária
Fonte: FREIRE, 2013, p. 157.

A revolução pode ou não ser por meio da luta armada, mas certamente será violenta, pois, mesmo que não adote a luta armada, necessitará adotar a aquisição de novos pensamentos, novas formas de ver a sociedade, de compreender a luta de classes e de reconhecer a autonomia dos oprimidos, propondo, assim, o reconhecimento de outras racionalidades. O processo de libertação será violento, uma vez que, para que o povo se emancipe, precisará, primeiramente, libertar-se das racionalidades que lhe foram impostas pelos opressores, descolonizando suas mentes e propondo uma nova sociedade, que legitime os diferentes lugares de enunciação (QUIJANO, 2005). E essa revolução só será possível se o oprimido tornar-se ator consciente da transformação, eliminando o opressor que hospeda, validando, a partir da práxis, a superação da ideia de ciência e de teoria da ciência vigentes, considerando representações do ser, do conhecimento e da própria teoria do conhecimento que reconheçam as diferentes visões de mundo, as diferentes razões.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Uma razão se torna Revolucionária quando ela assume um compromisso incondicional com a democracia cognitiva, não apenas no sentido da socialização dos conhecimentos elaborados e acumulados pela humanidade, mas também, no do reconhecimento de todos os conhecimentos desenvolvidos por todas as formações e por todos os grupos sociais, principalmente, pelas formações e pelos grupos oprimidos (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 23).

Por quatro séculos, os africanos, as africanas e seus descendentes foram escravizados e desumanizados no Brasil, dado que os colonizadores lhes negaram o reconhecimento de suas racionalidades e lhes impuseram a cultura do silêncio. No entanto, as culturas oprimidas persistiram e resistiram, ainda que perseguidas, humilhadas, desumanizadas. Desenvolveram o “dialeto” da senzala, refugiaram-se nos quilombos, preservaram suas religiões (muitas vezes utilizando uma prática ambivalente que era confundida como cristianização), mantiveram suas tradições em seus corpos e desenvolveram sua própria consciência, sua razão revolucionária. E, em inúmeros períodos da história do Brasil, organizaram-se como classe social e com uma visão de mundo em comum, lutaram pela superação do escravismo moderno no país.

No período colonial e no império ocorreram diversas insurreições dos escravizados, dentre as quais merecem menção:

- a) 1807 - Revolta organizada pelos haussás, tendo como chefes principais o liberto Antônio e o escravizado Baltazar;
- b) 1809 - Os haussás passaram a trabalhar na organização de novo levante; aliciaram escravizados e libertos de outras nações, como nagôs e gêges;
- c) 1814 - Violenta insurreição que tinha como plano sublevar os escravizados das armações, estendendo o movimento ao Recôncavo e, depois, todos reunidos atacariam a cidade de Salvador;
- d) 1816 - Teve como campo de ação, os engenhos do Recôncavo em que se concentrava um número avultado de escravizados;
- e) 1826 - Em 25 de agosto, revoltosos haviam proclamado um rei e enfrentaram as tropas reinóis, travando combate no qual sofreram numerosas baixas;

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



f) 1828: Grande número de nagôs fugiu para as matas e atacaram as armações, saquearam e incendiaram casas;

g) 1829 - Em 26 de outubro, houve nova sublevação dos nagôs do Recôncavo que foi dominada pelos milicianos e moradores;

h) 1830 - Vinte negros saíram pelas ruas da Bahia, promovendo tumulto e assaltando os armazéns, mas o resultado foi que o levante fracassou;

i) 1835 - Freitas (1976) informa que, ao contrário do que o nome da revolução sugere (malês), ela tinha como maioria os insurgentes nagôs, que contaram com elementos de muitas outras nações. Houve uma aliança entre muçulmanos e animistas, a união dos insurretos se deu por motivos políticos (SILVA, 2013).

Evidentemente, as elites se uniram para manter o escravismo por mais tempo, financiando a formação do Estado Burguês com a acumulação de capital proveniente do Escravismo Moderno e, depois da abolição da escravidão e da proclamação da República, continuaram impondo a leitura que sua classe social realizava do mundo, pautada em uma visão ocidentocêntrica que desvalorizava e desvaloriza as razões afro-brasileiras e ameríndias, primando por ações antidialógicas e opressoras.

Freire (2013) explica que as ações antidialógicas têm como características a conquista, a divisão, a manipulação e a invasão cultural, enquanto que a teoria da ação dialógica caracteriza-se pela co-laboração, união, organização e síntese cultural.

A teoria antidialógica, que impõe a cultura do silêncio, está a serviço da opressão e muitas vezes é adotada pelas lideranças revolucionárias, que, assim como na fábula “A revolução dos bichos”, de George Orwell, mantêm a divisão do trabalho intelectual e do manual, acreditam no mito da ignorância do povo e, por isso, não realizam o diálogo; guardam para si “o leite e as maçãs”, deixando para o povo as migalhas. A liderança que adota a ação antidialógica deixa de ser radical e torna-se sectária.

Como citado, a teoria da ação antidialógica tem como características:

Primeiro, a conquista, que, no caso do continente americano e especialmente do Brasil, ocorreu no século XVI com a invasão portuguesa, que desde o início foi violenta, não apenas fisicamente, mas também em sua natureza simbólica, uma vez que introduziu objetos supérfluos aos habitantes nativos, estabeleceu a ideia do consumo, acumulação e

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



individualismo, impondo direta ou indiretamente padrões culturais e valores sociais. Essa conquista, por vezes, aparentou ser paternal, como no caso das missões jesuítas, mas, na verdade, sempre foi repressora, catequizando e escravizando os autóctones, infectando-os com doenças até então desconhecidas, estuprando mulheres e meninas, espalhando a sífilis e utilizando-se da evangelização para dominar os povos originários.

Conquista vil, que, com a invasão do continente africano, somado ao sequestro, ao tráfico e à escravização de seres humanos no Brasil, foi responsável por cinco séculos de genocídio do povo negro afro-brasileiro. E o mais curioso é que, no período pós-abolição, os conquistadores, que continuam compondo a elite do país, propagandeiam o mito de que a ordem opressora é a uma ordem de liberdade, afinal, no estado burguês, todos os seres humanos são livres para trabalhar e vencer na vida e se os negros, pobres e ameríndios, não o fazem é porque são preguiçosos, desordeiros e fadados ao vício, necessitando, assim, de um Estado firme para manter a ordem e o progresso para os bons e justos cidadãos.

Como segunda característica, pode-se citar a antiga máxima “dividir para dominar”. As elites são hábeis em colocá-la em prática. No Brasil sob o jugo colonial, os povos nativos eram incentivados a lutar contra os “povos inimigos”; com esta prática, não se organizavam para lutar contra o verdadeiro inimigo: o colonizador.

No processo de escravização dos africanos, deu-se o mesmo: o comércio era incentivado com uma grande demanda por mão de obra de escravizados e os próprios africanos capturavam e vendiam seus compatriotas aos colonizadores. O resultado foi o ódio de uma nação por outra, que persiste até os dias atuais, sendo um dos responsáveis pelas constantes guerras civis no continente africano. No caso dos escravizados enviados para o Brasil, foi preciso um longo período, para que se enxergasse como classe social, entendendo que, independentemente da nação de origem, viviam sob a exploração do dominador, que os incentivava a serem delatores e, portanto, traidores do seu próprio povo.

Atualmente, dividir para manter a opressão ainda é uma prática vigente, tanto no campo da política como nas fábricas, nas escolas, nas ruas, com os movimentos sociais e em diferentes setores da sociedade brasileira e latino-americana, em que conquistas de séculos de luta estão sendo perdidas em nome de um fictício desenvolvimento econômico que fatalmente, se ocorrer, não será acompanhando do desenvolvimento social.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



As outras duas características da ação antidialógica são a manipulação e a invasão cultural. A elite dominadora é muito competente em manipular as massas, uma vez que mantém os grandes veículos de comunicação sob seu domínio e com certa facilidade seduz grande parte da população brasileira, fazendo-a crer que, se for preciso “exterminar jovens negros nas periferias do país para que cidadãos de bem possam circular com segurança, é lícito fazê-lo”, assim como era lícito torturar e matar escravizados desobedientes a pouco mais de um século. A manipulação exercida pelas elites dialoga intimamente com o opressor hospedado no oprimido, possibilitando que as massas aceitem sua palavra e a repitam como sua.

A invasão cultural é premente e permanente. Desde o início da invasão portuguesa até os dias atuais, os invadidos têm sua visão de mundo depreciada, sua criatividade freada, suas crenças satanizadas e, aos poucos, vão abandonando suas razões para adotar a razão da classe dominante.

Entretanto, como na denúncia está intrínseco o anúncio, Freire (2013) apresenta a teoria da ação dialógica, tendo como características a co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural e, a partir da problematização da própria opressão, o povo pode atender a sua vocação de ser sujeito e não objeto. Por meio de ações de colaboração, união e organização esses atores/sujeitos se encontraram em vários momentos da história para a transformação da realidade opressora.

Para elucidar, apresentam-se dois movimentos importantes. O primeiro foi na década de 1790, a Conjuração Baiana. Neste período, setores populares da sociedade sofriam com o aumento do custo de vida e o preconceito racial, realizavam saques a armazéns e ao comércio em geral e se uniram a outros revoltosos para defender profundas mudanças sociais, como o fim do sistema colonial escravocrata, o aumento de salários, a igualdade e a soberania popular.

O segundo ocorreu por praticamente quatro séculos. Trata-se da luta anti-escravocrata realizada pelos(as) negros(as) escravizados(as) e libertos(as) que, em processos de colaboração, organização e união, desenvolveram as formas mais radicais de resistências, os quilombos, nos quais o(a) negro(a) negava, radicalmente, a escravidão e conquistava a condição de ser livre. E essa luta prossegue até os dias atuais, sendo que no início do século

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



XX já existia a formação de clubes negros reivindicando acesso à cultura e lazer; na década de 1920 fundou-se os jornais *GetulinoeClarim da Alvorada* que tinham um caráter mais combativo, seguido da formação da Frente Negra Brasileira que na década de 1940 registrou-se como partido político e, do Teatro Experimental do Negro que sob a liderança de Abdias do Nascimento promovia pesquisas sobre história e cultura negra.

Nos períodos ditatoriais surgiram novos grupos de resistência negra, como o Centro de Estudos da Cultura e Arte Negra, o Grupo de Artistas Negros e o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Também fundou-se a Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo e o jornal *Jornegro*. No ano de 1978, houve a unificação dos movimentos e entidades na realização do Ato Público, em São Paulo que criou o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Existiram e existem outras conquistas e outros movimentos de resistência, destacando-se dentre eles, o Hip Hop, a literatura marginal e o Instituto da Mulher Negra Geledés, que continuam militando a favor das políticas afirmativas, de combate ao racismo, a violência contra a mulher e o jovem negro. De modo, que é impossível negar o papel fundamental dos oprimidos nesses processos que não poderiam ser organizados pela classe dominante.

Por fim, Freire apresenta a síntese cultural, uma modalidade da ação que questiona a cultura estabelecida e as estruturas que a mantêm, justificando a relevância da revolução ter e manter um caráter pedagógico, cujo diálogo é a essência da ação revolucionária.

3. A educação como instrumento para romper a racialidade

Primando pelo diálogo como essência da ação revolucionária, Freire também aborda, em *Pedagogia do Oprimido*, a concepção bancária da educação, na qual o educador deposita/despeja seus conhecimentos no educando, que deles não se apropria, aprendendo apenas o necessário para cumprir papéis subalternos na sociedade. Afinal, “[...] o que pretendem os opressores é transformar a mentalidade dos oprimidos e, não, a situação que os oprime” (FREIRE, 2005, p. 69).

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Neste aspecto, o conceito de “educação bancária” se torna precioso para esta discussão, especialmente no que diz respeito à tentativa de explicação da sobrevivência da alienação (negação da identidade negra e aceitação da ideologia do branqueamento) pelos estudantes negros, que é resultado da manutenção da racialidade².

Certamente, é pela “educação histórica bancária” aplicada no currículo escolar em geral, mesmo com a introdução da História e da Cultura Afro-Brasileira, que se pode explicar a fragilização e, no limite, a anulação das potencialidades transformadoras que esse componente curricular carrega consigo. Em outras palavras, se os ditames da Lei n.º 10.639/03 não forem aplicados ao currículo em sentido amplo, não se limitando a ser apenas um componente na matriz curricular, a educação bancária não será substituída por uma educação problematizadora e emancipadora: uma educação que busca ler e compreender criticamente o mundo; uma educação baseada no diálogo horizontal, que possibilita ao estudante apropriar-se do saber popular e se reconhecer como ator na construção da história brasileira.

Em *Pedagogia da esperança*, Freire ressalta a importância da democratização da escola pública, não apenas por meio da socialização do saber escolar para todos, mas, também, por intermédio da incorporação do saber popular no currículo escolar, tomando “[...] a linguagem [popular, enquanto expressão do saber popular] como caminho de invenção da cidadania” (FREIRE, 2009, p. 41).

As questões étnico-raciais são abordadas nessa obra, pois o passado escravocrata é uma constante nas relações de poder e de opressão até os dias atuais. Mas, se no período de escravização “[...] os quilombos foram um momento exemplar daquele aprendizado de

²De acordo com Quijano (1992), a relação de dominação direta nas áreas política, social e cultural dos europeus sobre os povos conquistados em todos os continentes é conhecida como colonialismo [...] apesar, do colonialismo político ter sido praticamente eliminado, a relação entre a cultura europeia e as outras culturas, segue como uma relação de dominação colonial, que consiste em uma colonização do imaginário dos povos anteriormente colonizados. Por conseguinte, tem-se a substituição do colonialismo pela colonialidade, que em virtude do legado epistemológico do eurocentrismo nos impede de compreender o mundo a partir da nossa própria episteme. O conceito de colonialidade fundamenta o conceito de racialidade, pois de forma análoga, treze décadas após a abolição da escravidão no Brasil, continua-se pensando com as racionalidades impostas pela sociedade escravocrata, reproduzindo o racismo e posicionando os(as) negros(as) em situação natural de inferioridade, legitimando as relações de dominação e exploração da população negra (SILVA, 2017, p.28).

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



rebeldia, [...], da invenção da liberdade, [...] hoje podemos observar esta rebeldia na luta dos sem-terra, sem-escola, sem-moradia como formas atuais de quilombos” (FREIRE, 2009, p. 108-109). Para dar continuidade à luta quilombola na busca pela liberdade, deve-se analisar mais detalhadamente o processo de elaboração e transmissão dos conteúdos curriculares e não apenas os próprios conteúdos. É preciso saber “[...] quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra que” (FREIRE, 2009, p. 110). Nesse mesmo livro, ele também discute a ideologia segundo a qual a responsabilidade pelos fracassos escolares é atribuída aos próprios fracassados e não a outros fatores:

Se os garotos negros não aprendem bem o inglês a culpa é deles, de sua incompetência “genética” e não da discriminação a que são submetidos, de raça e de classe, e não do elitismo autoritário com que se pretende impor o “padrão culto”, elitismo, no fundo, irmão gêmeo do desrespeito total ao saber e ao falar populares. É o mesmo que ocorre no Brasil. Os meninos e as meninas dos morros e dos córregos não aprendem porque são, de *nascença*, incompetentes (FREIRE, 2009, p. 158).

De tanto se repetir este discurso na escola, e fora dela, ele acaba sendo incorporado pelos próprios estudantes. Por isso, é papel da educação transformadora discutir essa formulação astuciosa do discurso dominante, no sentido de superar a naturalização das relações sociais, tão comum na sociedade puramente liberal. O papel do docente a favor da autonomia dos educandos é fundamental; e esta autonomia só pode ser construída a partir da descoberta do conhecimento científico, muitas vezes implícito nos componentes “curriculares” da cultura popular.

Essa temática é abordada, por Freire (2000), na obra *Pedagogia da autonomia*, em que o educador pernambucano retoma a questão da formação docente como prática educativo-progressiva e discute a inconclusão do ser humano e a importância de se formar, e não de treinar o educando. Opõe-se a uma educação que “adestra” o povo e o treina para exercer seus ofícios sem questionar a realidade. Para tanto, os educadores devem assumir a responsabilidade ética no exercício da docência, com reflexãocrítica sobre esta prática, que

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



não é de transferir conhecimentos, mas de produzir coletivamente o novo conhecimento.

Não é demais lembrar que o próprio Freire(2000, p. 26) afirmou que:

[...] ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar [...] que era possível e depois preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.

É no processo de produção coletiva – mais do que coletiva, transindividual – que é possível desenvolver a tomada de consciência e, a partir dela, desencadear o processo de conscientização.

4. Algumas considerações

O processo de escravização e exploração do povo negro sempre foi contestado pela população escravizada e por parte dos(as) negros(as) forros(as), sendo possível observar o percurso histórico de combate ao racismo na formação e consolidação da sociedade e do Estado brasileiros, bem como sua identificação e “des-invisibilização”. Este reconhecimento se deu, em grande parte, graças à atuação do movimento negro que, nos fóruns internacionais e nacionais, conseguiu desmascarar a ideologia da “democracia racial”, forçando o governo brasileiro a manter, na pauta de sua agenda, as questões étnico-raciais.

Como se procurou demonstrar neste estudo, mais do que livrar-se do domínio político dos colonizadores é necessário romper com a imposição da visão de mundo eurocêntrica, adotando, a partir de uma ação revolucionária, as racionalidades dos povos oprimidos e silenciados ao longo dos últimos séculos. Para tanto, a teoria da ação revolucionária de Freire é um instrumento para a promoção da revolução, que, como dito, pode ou não ser armada, mas sempre será violenta, pois mesmo que não adote a luta armada, necessitará adotar a aquisição de novos pensamentos.

REFERÊNCIAS

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (Leitura).

_____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da Esperança*. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. *Pedagogia do Oprimido: o manuscrito*. São Paulo: Instituto Paulo Freire/Uninove/MEC, 2013.

FREITAS, Décio. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (Org.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, set. 2005. p. 227-278. (Colección SurSur).

_____. Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In: BONILLA, Heraclio. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

SILVA, Neide Cristina da. *Resistência na casa grande: história e cultura afro na educação de adultos*. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013.

_____. *O Senhor oculto: racismo nos materiais didáticos de História no Ensino Médio*. 2017. 269 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.